



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,  
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

PREGÃO Nº 08/2021

(Processo Administrativo nº 10831.720206/2021-63)

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de serviços de natureza continuada de **clínica veterinária ou hospital veterinário, abrangendo a assistência médico-veterinária integral, inclusive responsabilidade técnica, com fornecimento de produtos e equipamentos veterinários, medicamentos e/ou suplementos prescritos, insumos de higiene e materiais de consumo, com a prestação de serviços de cuidadores/tratadores de cães de faro, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências do Aeroporto Internacional de Viracopos, hospedagem de cães de grande porte, sistema de transporte do tipo leva e traz e transporte por ambulância, em condições adequadas de segurança, saúde e higiene, para até 6 (seis) cães de faro, sendo até 4 (quatro) cães permanentes e até 2 (dois) cães visitantes**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Valor Máximo Aceitável (até 6 cães de faro)
1	<p>Prestação de serviços médico-veterinários, consistente na assistência médico-veterinária integral, inclusive responsabilidade técnica, abrangendo qualquer tipo de procedimento veterinário, como cirurgias, próteses, implantes, transplantes, exames, administração de vacinas, procedimentos terapêuticos entre outros, cobertura de saúde para atendimento emergencial (procedimentos e internações decorrentes), com fornecimento de produtos e equipamentos veterinários, medicamentos e/ou suplementos prescritos e insumos de higiene.</p> <p>Prestação de serviços de hospedagem para cães de grande porte, que atenda aos requisitos do art. 16, inciso III, da Portaria RFB nº 116, de 26 de janeiro de 2010, na hipótese de o canil do Aeroporto Internacional de Viracopos encontrar-se indisponível ou em outros eventos em que se verificar a necessidade de o cão de faro ficar alojado em outro local que não o canil do Aeroporto.</p> <p>Execução das atividades de cuidador / tratador de cão de faro, em regime de dedicação exclusiva, em escala 12x36, diurno ou noturno, conforme prévia programação da Administração, 7 dias por semana, nas dependências do Aeroporto Internacional de Viracopos.</p> <p>Fornecimento de ração canina, regular ou especial ou para controle de peso, conforme a necessidade.</p> <p>Fornecimento de materiais de consumo para as atividades de cães de faro, conforme previsto neste Termo de Referência.</p> <p>Serviço de transporte do tipo leva e traz do cão de faro para o trajeto entre o Aeroporto Internacional de Viracopos e o estabelecimento da Contratada.</p> <p>Serviço de transporte por ambulância em caso de necessidade.</p>	<p>R\$ 285.903,15, para atendimento a até 6 (seis) cães de faro, distribuídos em até 4 (quatro) cães permanentes e até 2 (dois) cães visitantes.</p>



- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de cuidados a cães de trabalho de grande porte, abrangendo serviços de medicina veterinária, hospedagem, transporte do tipo leva e traz e por ambulância, fornecimento de ração, materiais de consumo, insumos, suplementos, equipamentos e produtos destinados a manutenção e promoção das condições de saúde, de bem-estar, de asseio e de disponibilidade de cães de faro do CCF K9 RFB.
- 1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por Empreitada por Preço Global.
- 1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
  - 5.1.1. Natureza continuada, já que se trata de necessidade permanente da ALF/VCP.
  - 5.1.2. Duração inicial do contrato: 12 (doze) meses.
  - 5.1.3. Assistência médico-veterinária integral prestada 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.
  - 5.1.4. Serviços de cuidado com o cão de faro, desempenhados nas dependências do Aeroporto Internacional de Viracopos, com dedicação exclusiva de mão de obra de cuidador/tratador de cão de faro.
  - 5.1.5. Fornecimento de ração canina.
  - 5.1.6. Fornecimento de materiais de consumo para as atividades de cães de faro.



- 5.1.7. Serviço de transporte do tipo leva e traz nos horários estabelecidos pela ALF/VCP do Aeroporto Internacional de Viracopos para o estabelecimento da Contratada ou para estabelecimento veterinário subcontratado ou ainda para outro local determinado pela Administração.
- 5.1.8. Serviço de transporte por ambulância em caso de necessidade.
- 5.1.9. Prestação de serviços de hospedagem para cães de grande porte, que atenda aos requisitos do art. 16, inciso III, da Portaria RFB nº 116, de 26 de janeiro de 2010, na hipótese de o canil do Aeroporto Internacional de Viracopos encontrar-se indisponível ou em outros eventos em que se verificar a necessidade de o cão de faro ficar alojado em outro local que não o canil do Aeroporto.
- 5.2. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:
  - 5.2.1. **Tratadores polivalentes de animais** (código 6230)
    - 5.2.1.1. **Descrição sumária:** Manejam, alimentam e monitoram a saúde e o comportamento de animais da pecuária. Condicionam e adestram animais. Sob orientação de veterinários e técnicos, tratam sanidade de animais, manipulando e aplicando medicamentos e vacinas, higienizam animais e recintos; aplicam técnicas de inseminação, castração, casqueamento e ferrageamento. Realizam atividades de apoio, assessorando em intervenções cirúrgicas, exames clínicos e radiológicos, pesquisas, necropsias e sacrifícios de animais.
    - 5.2.1.2. **Atividades:** Manejar animais, alimentar animais, monitorar saúde e comportamento de animais, tratar sanidade de animais, condicionar animais, higienizar animais e recintos, adestrar animais, inseminar animais, castrar animais, realizar atividades de apoio, demonstrar competências pessoais.
- 5.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

## 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas, devendo o **agendamento ser efetuado previamente** pelo e-mail [licitacao.sp.alfvcp@rfb.gov.br](mailto:licitacao.sp.alfvcp@rfb.gov.br).
- 6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
  - 6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
  - 6.2.2. O representante legal do licitante deverá observar as orientações do órgão durante a vistoria quanto às medidas de prevenção à Covid-19, como por exemplo uso de máscara, distanciamento social e higienização das mãos.



- 6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica descrita nos itens abaixo:
- 7.2. **Dos serviços veterinários de responsabilidade técnica do médico-veterinário para manutenção da saúde e do bem-estar do cão de faro, com fornecimento de medicamentos, vacinas e demais insumos veterinários que se fizerem necessários.**
  - 7.2.1. Anotação de Responsabilidade Técnica do recinto (canil) do Aeroporto Internacional de Viracopos onde estão alojados os cães de faro do CCF K9 RFB, enquanto a Concessionária do Aeroporto não providenciar responsável técnico para o recinto.
  - 7.2.2. Assistência médico-veterinária integral, contínua, disponível 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, inclusive domingos e feriados, para até 6 (seis) cães de faro sendo até 4 (quatro) cães permanentes e até 2 (dois) cães visitantes.
  - 7.2.3. O pronto atendimento em caso de chamada de emergência deverá ocorrer em até 50 (cinquenta) minutos. Inclui a gestão e o acompanhamento das remoções e das internações decorrentes de verificações do comportamento do animal, assim como decorrentes de condições de risco do recinto (condições físicas, sanitárias, veterinárias ou outras que possam expor o animal a riscos).
  - 7.2.4. Unidade Móvel, anestesista e cirurgião itinerante.
  - 7.2.5. Orientações sobre a rotina do canil do Aeroporto Internacional de Viracopos.
  - 7.2.6. Visitas ao médico-veterinário para acompanhamento da saúde dos cães de faro, bem como acompanhamento clínico no canil do Aeroporto em periodicidade apropriada estabelecida pelo médico-veterinário.
    - 7.2.6.1. Não será exigido do médico-veterinário cumprimento de carga horária fixa presencial no canil.
  - 7.2.7. Serviço de transporte do cão de faro do tipo leva e traz no caso de consultas veterinárias realizadas fora do canil do Aeroporto, cujo custo integra o valor do procedimento ao qual o cão será submetido.
  - 7.2.8. Fornecimento de insumos, como materiais, medicamentos, vacinas, entre outros, em quantidades apropriadas à boa manutenção da saúde do cão de faro.
  - 7.2.9. Acompanhamento de acasalamentos quando autorizados pelo Centro Nacional de Cães de Faro da Receita Federal do Brasil (CNCF K9 RFB).
  - 7.2.10. Fornecimento de atestados de óbito.



- 7.2.11. Fornecimento de atestado de saúde para trânsito do cão de faro.
- 7.2.12. Efetuar a limpeza do ouvido do cão com solução específica uma vez por semana.
- 7.2.13. Dar banho nos cães quinzenalmente ou, caso necessário, em frequência inferior, com xampu, carrapaticida ou outro produto de conformidade com a prescrição do médico-veterinário, secando-os logo após. O banho e a tosa deverão ser realizados em ambiente apropriado, observando-se a legislação vigente, como, por exemplo, o Decreto do Estado de São Paulo nº 40.440 de 24 de outubro de 1995.
- 7.2.14. Fornecimento de relatório técnico mensal informando sobre a saúde do cão, seu peso, procedimentos adotados no mês e demais informações que o veterinário julgar pertinente.
- 7.2.15. Execução dos serviços veterinários relacionados abaixo (lista não exaustiva), conforme a necessidade, observando-se que o valor de cada procedimento veterinário listado na tabela abaixo deve incluir todos os custos do procedimento completo, desde o traslado (leva e traz, entrada do cão de faro no estabelecimento veterinário para realização do procedimento e permanência deste na clínica ou hospital veterinário até que esteja apto a retornar ao Canil do Aeroporto Internacional de Viracopos, inclusive internação, medicamentos e outros recursos necessários ao procedimento veterinário.

**7.2.15.1. Todos os procedimentos veterinários deverão em regra ser realizados em estabelecimento veterinário localizado em um raio máximo de distância de até 50 (cinquenta) km do Aeroporto Internacional de Viracopos, exceto se houver a prévia autorização do CCF K9 RFB da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos, quando, neste caso, poderão ser realizados em estabelecimento veterinário localizado em um raio de distância de até 100 (cem) km.**

PROCEDIMENTOS	
Item	Descrição
<b>Honorários Veterinários Mensais Fixos</b>	
1	Honorários veterinários mensais para até quatro cães de faro permanentes e até dois cães de faro visitantes. Responsabilidade técnica.
<b>Consultas</b>	
2	Consulta Emergência
3	Consulta Especialistas
<b>Vacinas</b>	
4	V10 ou V8 canina - adulto anual
5	Anti-rábica
6	Gripe canina
7	Leishmaniose - adulto anual
8	Vacina-traqueobronquite - dose
9	Giárdia - adulto anual
<b>Cirurgias otológicas / tegumentar</b>	
10	Otohematoma
11	Ressecção do canal auditivo
12	Conchectomia patológica
13	Remoção de tumores otológicos
14	Lavagem otológica
15	Remoção de tumor de pele
<b>Cirurgias oftálmicas</b>	



16	Teste de Schirmer / Teste de Fluoresceína
17	Cateterismo das vias lacrimais
18	Reposição do globo ocular
19	Enucleação do globo ocular
20	Blefarorrafia (sutura da pálpebra)
21	Entropio ou ectropio
22	Punção da câmara anterior
23	Remoção de tumores palpebrais / corneanos / conjuntiva
<b>Cirurgias traumatológicas e ortopédicas</b>	
24	Imobilização simples / c/ tala/ gessada/ de alumínio
25	Muleta de Thomas
26	Amputação do ergot
27	Amputação de dedo
28	Amputação de membros
<b>Cirurgia do aparelho uro-genital / reprodutor</b>	
29	Orquiectomia (castração de macho)
30	Ovariosalpingohisterectomia (castração fêmea)
31	Piometra
32	Remoção de tumores
33	Cesária
<b>Anestesias</b>	
34	Anestesia geral. Injetável ou inalatória
35	Anestesia local injetável
<b>Internação</b>	
36	Fluidoterapia endovenosa
37	Fluidoterapia subcutânea
38	Diária Hospitalar
39	Diária UTI
40	Transfusão
<b>Radiologia</b>	
41	Raios – X (1 projeção)
42	Raios – X (2 projeções)
43	Raios – X (3 projeções)
44	Raios – X (4 projeções)
<b>Ultrassonografia</b>	
45	Ultrassonografia
<b>Exames cardiológicos</b>	
46	Ecocardiograma
47	Eletrocardiograma
<b>Análise citológica</b>	
48	CAAF (Citologia Aspirativa por Agulha Fina)
49	Citologia de Líquidos (pleural, peritoneal, sinovial, urina)
50	Citologia da Pele
51	CAAF guiada por Ultra-monografia
52	Citologia Vaginal
<b>Bioquímico</b>	
53	Ácido úrico
54	Amilase
55	Amônia
56	Bilirrubina (total, direta e indireta)
57	Cálcio
58	Cálcio ionizável
59	Cloretos
60	CK Total
61	Colesterol
62	Colesterol e frações
63	Creatinina
64	CPK (creatina fosfoquinase)



65	Glicemia
66	Curva Glicêmica (6 determinações)
67	Ferro
68	Fosfato se Alcalina
69	Fósforo
70	Frutosamina
71	Gama Glutamil Transferase
72	Glicose
73	Hemoglobina glicosada
74	Lipase
75	Magnésio
76	Potássio
77	Proteína Sérica Total
78	Sódio
79	TGP (ALT)
80	TGO (AST)
81	Triglicérides
82	Uréia
83	Contagem de reticulócitos – coleta no laboratório
84	Pesquisa de hematozoários – coleta no laboratório
85	Albumina – coleta no laboratório
86	Coolesterol LDL – coleta no laboratório
87	Fibrinogênio – coleta no laboratório
<b>Hemograma</b>	
88	Hemograma
<b>Microbiologia</b>	
89	Cultura + Antibiógrama
90	Cultura para Mycobacterium sp
91	Cultura para fungos
92	Hemocultura
93	Micológico
94	Pesquisa de Malassezia pachydermatis
<b>Parasitologia</b>	
95	Coproparasitológico (parasitológico de fezes)
96	Pesquisa de ectoparasitas da pele
97	Pesquisa de ectoparasitas e micológicos da pele
98	Pesquisa de microfilárias no sangue
99	Pesquisa de hematozoários (sangue)
<b>Urinálise</b>	
100	Urina (exames físico, químico e sedimentoscopia)
101	Exame químico da urina
102	Pesquisa de Mioglobina na urina
103	Urina guiada (exames físico, químico e sedimentoscopia)
<b>Exames contrastados</b>	
104	Radiografia contrastada do trânsito gastrointestinal
105	Uretrocistografia
106	Urografia excretora
<b>Outros exames</b>	
107	Tomografia
108	Tomografia segmento adicional
109	Ressonância magnética
<b>Cirurgias do aparelho digestivo</b>	
110	Correção da fístula anal
111	Enterostomia e enterectomia (intestinos)
112	Esplenectomia (retirada do baço)
113	Gastrostomia e gastropexia
<b>Herniorrafias / evisceração</b>	
114	Hérnia umbilical





115	Hérnia escrotal unilateral
116	Hérnia inguinal
117	Hérnia perineal
<b>Cirurgias buco-maxilo-faciais</b>	
118	Extração de dentes decíduos
119	Extração de dentes permanentes
120	Tartarectomia
121	Remoção Tumores orais / palato mole e duro
122	Sialoadenectomia
123	Amputação parcial da língua
124	Extração de canino definitivo
125	Extração de incisivo
126	Extração de molar
127	Raspagem de cálculos dentários (profilaxia geral)
<b>Outros procedimentos</b>	
128	Acupuntura
129	Aplicação e injeção intramuscular
130	Aplicação e injeção intravenosa
131	Aplicação e injeção subcutânea
132	Curativo simples
133	Bandagem simples
134	Coleta de material (sangue) Laboratório
135	Coleta de material (urina) Laboratório
136	Coleta de material (soro) Laboratório
137	Oxigênio terapia
138	Sutura
139	Retirada de dermatobiose / miíases
140	Drenagem de abscessos
141	Redução Fechada de Luxação
142	Vermifugações com 02(duas) doses com intervalo de 15 dias para cão adulto (20 a 50 kg)
143	Controle de infestações de parasitas externos para cão adulto entre 20 a 50 Kg
144	Sorologias de Leishmaniose
145	Hemogramas completos com pesquisa de hematozoários
146	Banhos com tosa e limpeza dos ouvidos e corte de unha quando necessário
147	Tratamento periodontal (tartarectomia) incluindo profilaxia – com uso de anestesia inalatória e administração de antibióticoado pós-tratamento periodontal (tartarectomia)
148	Cistotomia (bexiga e cálculos)
149	Cateterismo vesical
150	Extração de unhas
151	Fluidoterapia endovenosa
152	Fluidoterapia subcutânea
153	Fraturas e imobilizações ortopédicas (bandagem)
154	Emissão De Guia De Transporte Animal (GTA)
155	Cultura de secreções em geral (aeróbias) + antibiograma (ATB)
156	Ecodopplercardiograma
157	Excisão de tumores internos ou externos
158	Retopexia
159	Mastectomia total unilateral (bilateral será equivalente a duas ocorrências unilaterais)
160	Ovarisalpingohisterectomia
161	Claudectomia
162	Cirurgia de patela (luxação)
163	Displasia coxo-femural
164	Pino intramedular
165	Ruptura de ligamento cruzado
166	Suturas externas com comprometimento muscular
167	Suturas externas sem comprometimento muscular
168	Óbito – coleta e destinação do corpo do animal





169	Óbito – fornecimento de certidão
170	Atendimento de urgência 24 horas para estabilização do cão (para casos não previstos nesta relação)
171	Aplicação de antibiótico para infecções de pele e urinárias (tipo Convênia)

7.2.16. Se for necessária a realização de algum procedimento veterinário não relacionado na tabela do subitem acima, será aplicada a metodologia especificada neste subitem para aferição do preço do procedimento, sem prejuízo da previsão de atendimento emergencial para fins de estabilização.

7.2.16.1. Primeiramente, a Contratada entregará à Administração orçamento referente ao procedimento veterinário, obrigatoriamente acompanhado de descrição técnica consubstanciada em relatório específico para o evento.

7.2.16.2. Caso o procedimento em questão, considerando aspectos referentes a honorários veterinários, insumos, equipamentos e materiais, seja previsto em tabela de preços médios ou máximos de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública em publicações técnicas especializadas (ou por meio de utilização de sistema específico instituído para o setor), a Contratada será remunerada pelo menor dentre os seguintes valores: (i) o valor do orçamento apresentado pela Contratada; ou, (ii) o valor obtido aplicando-se ao preço da tabela de referência o mesmo percentual de desconto obtido pelo cálculo da divisão do valor ofertado pela Contratada em sua proposta para os Procedimentos Veterinários pelo valor correspondente máximo fixado pela Administração, também para os Procedimentos Veterinários (conforme item "A" do módulo 1 – Composição da Remuneração, aba #VALOR DA PROPOSTA# da Planilha de Custos e Formação de Preços), em função da quantidade de cães fixos no momento do evento.

7.2.16.3. Caso o procedimento em questão, considerando aspectos referentes a honorários veterinários, insumos, equipamentos e materiais, seja previsto em tabela de preços mínimos de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública em publicações técnicas especializadas (ou por meio de utilização de sistema específico instituído para o setor), a Contratada será remunerada pelo maior dentre os seguintes valores: (i) o valor do orçamento apresentado pela Contratada aplicando-se o mesmo percentual de desconto de que trata o subitem 7.2.16.2. supra; e, (ii) o valor constante da tabela de referência.

7.2.16.4. Caso não sejam aplicáveis as tabelas de referência de que tratam os subitens 7.2.16.2 e 7.2.16.3 supra, a Administração, com base no orçamento e relatório apresentados, envidará esforços para obter pelo menos 3 (três) orçamentos referentes ao procedimento veterinário, solicitando orçamento a pelo menos 5 (cinco) empresas, com prazo para resposta de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período.

7.2.16.5. Esgotado o prazo após a prorrogação e não havendo resposta de nenhuma empresa consultada, a Administração solicitará orçamentos a outras empresas até que se obtenha pelo menos 1 (um) orçamento, salvo se constatada a impossibilidade justificada de sua obtenção.



- 7.2.16.6. Se o orçamento fornecido pela Contratada for inferior ao menor orçamento obtido pela Administração, pagar-se-á o valor do orçamento fornecido pela Contratada.
- 7.2.16.7. Se o orçamento apresentado pela Contratada for maior que o menor orçamento obtido pela Administração, a remuneração será calculada da seguinte forma:
- 7.2.16.7.1. Aplicar-se-á ao valor médio dos orçamentos obtidos pela Administração (sem considerar o orçamento apresentado inicialmente pela Contratada) o mesmo percentual de desconto de que trata o subitem 7.2.16.2. supra, respeitados os limites mínimo e máximo para fins de definição do valor a ser pago à Contratada.
  - 7.2.16.7.2. O limite mínimo é o valor do menor orçamento obtido pela Administração.
  - 7.2.16.7.3. O limite máximo é o maior dentre os dois valores seguintes: (i) a média dos valores dos orçamentos obtidos pela Administração com a aplicação do mesmo percentual de desconto de que trata o subitem 7.2.16.2. supra; e, (ii) o valor do menor orçamento obtido pela Administração.
- 7.2.16.8. No caso de a Administração obter apenas 1 (um) orçamento, a remuneração será o menor valor dentre os dois orçamentos: (i) o orçamento obtido pela Administração, e; (ii) o orçamento fornecido pela Contratada.
- 7.2.16.9. Na impossibilidade justificada de obtenção de orçamentos por parte da Administração, a remuneração dar-se-á aplicando-se ao orçamento apresentado pela Contratada o mesmo percentual de desconto de que trata o subitem 7.2.16.2. supra.
- 7.2.16.10. A execução do procedimento veterinário somente ocorrerá após a aprovação da Administração. Para isto, será levado em consideração o valor global da contratação para 12 (doze) meses.
- 7.2.17. **Dos medicamentos para casos de natureza crônica ou para casos manifestamente não decorrentes dos procedimentos previstos nos subitens 7.2.15 e 7.2.16 supra.** No que se refere a aquisição de medicamentos, em situações excepcionais, devidamente comprovadas por meio de relatório técnico, para casos de natureza crônica ou para casos manifestamente não decorrentes dos procedimentos previstos nos subitens **7.2.15 e 7.2.16 supra**, identificados durante consultas ou verificações gerais do cão por parte do veterinário, será utilizado o procedimento descrito neste item:
- 7.2.17.1. Os medicamentos serão objeto de ressarcimento, mediante recibo, pela Administração, pelo valor de sua aquisição.
  - 7.2.17.2. Eventuais despesas administrativas / custos indiretos decorrentes da aquisição de medicamentos de que trata este subitem deverão ser provisionados na rubrica de custos indiretos da proposta originalmente apresentada pela Contratada.



- 7.2.17.3. O valor total do ressarcimento ficará limitado a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato. Em caráter excepcional, quando configurada situação de urgência de atendimento, devidamente justificada, poderá ser ressarcido valor superior ao limite de 30% (trinta por cento), desde que expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração.
- 7.2.17.4. Os valores ressarcidos dessa forma são limitados ao valor estimado para o período e não poderão servir de justificativa para que seja ultrapassado o valor global do contrato.
- 7.2.17.5. Ficam excluídos deste ressarcimento os medicamentos diretamente decorrentes dos procedimentos veterinários previstos nos subitens 7.2.15 e 7.2.16 supra, cujos custos já devem compor o valor unitário do procedimento.
- 7.2.17.6. A rotina da Contratada para obtenção do ressarcimento pelos medicamentos será a seguinte:
- 7.2.17.6.1. Realizar pesquisa de preços em, no mínimo, 3 (três) fornecedores.
- 7.2.17.6.2. Preencher corretamente o Formulário de Autorização de Compra - FAC (**Anexo A** deste Termo de Referência), conforme modelo fornecido pela Administração.
- 7.2.17.6.3. Efetivar a compra, respeitando o menor valor, desde que autorizado pela Administração, limitado ao valor previsto em tabela de preços de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública em publicações técnicas especializadas (ou por meio de utilização de sistema específico instituído para o setor), quando for o caso.
- 7.2.17.6.4. A partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, juntar ao documento de cobrança dos serviços, o Relatório Técnico Mensal, o extrato dos medicamentos administrados no mês anterior, acompanhado dos respectivos Formulários de Autorização de Compra - FAC e das notas fiscais ali relacionadas, e encaminhar essa documentação à Contratante para ateste e pagamento.
- 7.2.17.7. Excepcionalmente, na inviabilidade da realização da pesquisa exigida no subitem **7.2.17.6.1.** supra, a autoridade competente da Administração poderá, a seu critério, autorizar o ressarcimento.
- 7.2.18. Da ambulância veterinária.** Este serviço deverá ser ofertado em conformidade com as disposições vigentes do CFMV ou do CRMV-SP que o regulamentam.
- 7.2.18.1. Especificamente quanto à remuneração do serviço de remoção por ambulância veterinária será utilizada a metodologia de cálculo estabelecida neste subitem:
- 7.2.18.1.1. A remuneração corresponderá ao valor obtido na multiplicação da distância estimada (somando ida e volta) informada na proposta (Anexo III do Edital) pelo valor por km (R\$/km).



7.2.18.1.2. O valor por km (R\$/km) apresentado na proposta (Anexo III do Edital) é o valor máximo permitido por km para fins de cálculo de valor de pagamento.

7.2.18.1.3. A distância informada pela Licitante na proposta original não poderá ser majorada durante a execução do contrato.

**7.3. Da execução das atividades de cuidador de cães de faro com fornecimento de insumos.**

Execução das atividades de cuidador/tratador de cães de faro conforme as rotinas diárias e mensais, descritas neste Termo de Referência e no **Anexo VI-A do Edital – Lista de atividades a serem executadas pelo cuidador de cães de faro**, pelos 7 dias da semana, nas dependências da ALF/VCP.

7.3.1. As atividades realizadas por um (1) cuidador de cães de faro abrangem os cuidados de até 6 (seis) cães de faro entre permanentes e visitantes.

7.3.2. Atualmente o CFC K9 RFB da ALF/VCP possui 3 (três) cães de faro. Este quantitativo poderá variar ao longo da vigência do contrato, limitando-se a 6 (seis) cães de faro, sendo até 4 (quatro) cães permanentes e até 2 (dois) cães visitantes.

7.3.3. Os serviços serão prestados preferencialmente com fornecimento de 1(um) posto, envolvendo 2 (dois) empregados com dedicação exclusiva em jornada 12x36, no período diurno, das 7h às 19h. Por necessidade da Administração, deverá ser possível a alteração desta jornada para o período noturno, das 19h às 7h. A implementação da jornada 12x36 deverá observar o artigo 59-A da CLT.

7.3.4. As tarefas a serem executadas pelo cuidador de cães de faro encontram-se relacionadas no **Anexo VI-A – Lista de atividades a serem executadas pelo cuidador de cães de faro**, do **Anexo VI** do Edital (Instrumento de Medição de Resultado – IMR). Este **Anexo VI-A** contém informações sobre a frequência, orientação sobre a execução da atividade e hipóteses de aplicação de penalidade quando não são atingidos os resultados esperados, sendo sua leitura indispensável para a correta execução do contrato. Abaixo encontra-se uma relação não exaustiva das atividades, as quais deverão ser observadas em consonância com aquelas relacionadas no **Anexo VI-A**:

7.3.4.1. Transferir o cão de faro da RFB para outro box, devidamente limpo, antes de iniciar a lavagem do box usado.

7.3.4.2. Manter os boxes sempre limpos de fezes e demais fluídos dos animais, assim como de objetos estranhos ao ambiente, descartando-as em saco apropriado, visando assim manter a higiene, a saúde dos cães de faro, como também prevenir a proliferação de doenças.

7.3.4.3. Lavar, manter limpos e secos, com uso de mangueiras e demais equipamentos, os boxes e áreas adjacentes, pisos, canaletas e paredes, utilizando sempre que necessário desinfetante e/ou demais produtos de limpeza e higienização. Não deixar acúmulo de água parada no interior dos boxes e áreas adjacentes. A Contratada se compromete a enviar os melhores esforços no sentido de utilizar preponderantemente produtos e insumos sustentáveis, neutros e com o mínimo de odor, minimizando impactos sobre o meio ambiente e sobre a saúde e bem-estar dos cães de faro.

7.3.4.4. Sempre, após a alimentação dos animais, lavar os comedouros com água e sabão, empregando a bucha, mantendo-os sempre limpos.



- 7.3.4.5. Manter os bebedouros sempre limpos, livres de limo e cheios de água.
- 7.3.4.6. Manter o local de armazenagem de ração limpo, arejado e arrumado.
- 7.3.4.7. Rasquear os cães de faro, bem como promover a remoção dos ectoparasitos.
- 7.3.4.8. Efetuar a alimentação dos cães de faro com a quantidade de ração canina previamente descrita e orientada pelo médico-veterinário.
- 7.3.4.9. Auxiliar o médico-veterinário e/ou responsável pelo setor, na contenção do animal para que sejam efetuados os exames ou avaliações rotineiras do animal.
- 7.3.4.10. Efetuar manejo / passeios com os cães de faro que não se encontram em rotina normal de trabalho, desde que orientado pelo preposto, após autorização do servidor responsável pelo cão e em conformidade com as orientações do CCF K9 RFB da ALF/VCP.
- 7.3.4.11. Comunicar aos responsáveis sobre quaisquer alterações no comportamento dos animais e quando alguma cadela entrar no cio.
- 7.3.4.12. Manter em ordem e organizar o material de treino e trabalho dos cães de faro.
- 7.3.4.13. Comunicar com antecedência aos responsáveis qualquer necessidade de consertos ou reparos na estrutura do canil em que estejam hospedados os cães de faro, bem como informar prontamente no caso de iminente perigo que possa pôr em risco a vida dos animais (condições físicas, sanitárias, veterinárias, entre outras).
- 7.3.4.14. Manter os cães de faro fora do alcance de outros animais portadores de doenças ou daqueles mantidos em tratamento veterinário.
- 7.3.4.15. Fazer anotações em fichas próprias de controle individual de cães.
- 7.3.4.16. Efetuar higienização da caixa de transporte antes e após o uso com utilização de produtos veterinários apropriados, água, sabão, detergente, desinfetante, balde, bucha, entre outros.
- 7.3.4.17. Manter o depósito de ração sempre limpo, arejado e arrumado, de modo que esta seja acondicionada corretamente evitando fungos e insetos.
- 7.3.4.18. Lavar sempre que necessário, a roupa, equipamentos e materiais utilizados pelos cães de faro nas operações e treinamentos.
- 7.3.4.19. Guardar e organizar o material de treino e trabalho dos cães de faro.
- 7.3.4.20. Ministras, sob orientação do veterinário responsável, somente medicamentos que por sua natureza não impliquem na necessidade do acompanhamento do médico veterinário, bem como não infrinjam as normas editadas pelo CFMV/CRMV-SP.
- 7.3.4.21. Executar demais atividades inerentes ao cargo e necessárias ao bom desempenho, com uniformes e EPIs aplicáveis ao trabalho.
- 7.3.4.22. Executar atividades de controle de peso dos animais, pesando-os em balança própria no mínimo uma vez ao mês, e adequar a quantidade de ração para controle de peso, conforme orientação do veterinário



responsável e sob a concordância do CCF K9 RFB da Alfândega da RFB no Aeroporto Internacional de Viracopos.

7.3.4.23. Conduzir veículo da Contratante de forma a realizar o manejo dos cães de faro nas dependências do Aeroporto Internacional de Viracopos conforme orientações do CCF K9 RFB.

7.3.5. **Exigência de Carteira Nacional de Habilitação – CNH, na categoria B, para o cuidador/tratador de cão de faro.** Os funcionários da Contratada que ocuparem o posto de cuidador/tratador de cão de faro deverão possuir habilitação vigente (CNH no mínimo na categoria B) para condução de veículos, de forma a poderem realizar o manejo dos cães de faro nas dependências do Aeroporto Internacional de Viracopos em veículo disponibilizado pela Contratante e conforme orientações do CCF K9 RFB da ALF/VCP quanto aos horários e locais de posicionamento do veículo.

7.3.5.1. Em razão desta atividade, que será exercida de forma habitual e cumulativamente à função preponderante, caberá o pagamento de adicional por acumulação de função, conforme estipulado em Convenção Coletiva de Trabalho. No caso da CCT 2020-2022 SINDPETCHOP – SINDHOSVET, a Cláusula 57ª prevê o pagamento de adicional de 20% (vinte por cento) sobre o salário contratual, percentual este adotado para obtenção do preço de referência.

7.4. **Da hospedagem.** De acordo com a necessidade da Administração, os cães ficarão hospedados na dependência da Contratada.

7.4.1. Durante a hospedagem, os cães de faro deverão ser alimentados e cuidados.

7.4.2. O local de hospedagem deverá atender pelo menos aos parâmetros definidos no artigo 16, inciso III, da Portaria RFB nº 116, de 26 de janeiro de 2010, segundo o qual os boxes devem ter as seguintes características:

7.4.2.1. Largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

7.4.2.2. Comprimento mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

7.4.2.3. Altura mínima de 2,00m (dois metros);

7.4.2.4. Paredes de alvenaria;

7.4.2.5. Portão de ferro ou madeira, com altura mínima de 1,90m (um metro e noventa centímetros);

7.4.2.6. Piso de cimento ou cerâmica não derrapante;

7.4.2.7. Pelo menos 40% de área descoberta para ventilação e banho de sol dos animais e torneira no interior de cada canil para facilitar a limpeza; e,

7.4.2.8. Parte coberta com telhas de barro e forro para conforto térmico.

7.5. **Do serviço de transporte do tipo leva e traz.** A Contratada prestará serviço de deslocamento dos cães de faro do Aeroporto Internacional de Viracopos para o local de hospedagem ou para outro local, bem como o traslado de volta ao Aeroporto nos dias pré-determinados, de acordo com programação da Administração previamente informada à empresa Contratada. O transporte deverá ser realizado em veículo apropriado, conforme regulamentação vigente do CFMV ou do CRMV-SP.





- 7.5.1. Translado do Aeroporto Internacional de Viracopos para estabelecimento veterinário onde o cão será submetido a procedimento veterinário e vice-versa. Neste caso, o **custo do serviço de transporte do tipo leva e traz deve estar incluso no custo do procedimento veterinário.**
- 7.5.2. **Translado do Aeroporto Internacional de Viracopos para estabelecimento onde o cão ficará hospedado.** No caso de serviço de transporte com destino do Aeroporto para o local de hospedagem ou vice-versa, a Administração combinará previamente os dias e horários para entrega dos cães de faro, sendo necessário neste caso o aviso com antecedência mínima de 1h30min (uma hora e trinta minutos) por ambas as partes.
- 7.5.3. Durante o período de hospedagem do cão de faro, eventualmente, a Contratada deverá realizar o traslado deste para o Aeroporto Internacional de Viracopos, quando solicitado pela Administração. Nesse caso, o cão de faro deverá ser disponibilizado no Aeroporto em até 1h30min (uma hora e trinta minutos) da solicitação. A Contratada deverá também fazer o traslado do cão de faro de volta ao hotel, assim que comunicada pela Administração, comunicação essa que deverá ser realizada com antecedência mínima de 1h30min (uma hora e trinta minutos).
- 7.5.4. O cálculo do valor do serviço de leva e traz, para fins de pagamento, observará a seguinte metodologia:
- 7.5.4.1. O montante a ser pago por evento, independentemente da quantidade de cães de faro transportados pelo veículo, corresponderá ao valor por km (R\$/km) informado na proposta (Anexo III do Edital) multiplicado pela distância estimada (somando-se ida e volta), também informada na proposta original apresentada pela Licitante.
- 7.5.4.2. A distância informada pela Licitante na proposta original não poderá ser majorada durante a execução do contrato.
- 7.6. **Do fornecimento de ração canina.** A Contratada deverá fornecer ração canina da categoria "Super Premium Específica para a Raça" ou rações especiais medicamentosas (tais como ração dermatológica, renal, hepática, gástrica, urinária) ou rações *light* (ração para controle de peso), nas quantidades e demais especificações sob indicação do médico-veterinário e em consonância com as normas estabelecidas pelo CCF K9 RFB.
- 7.6.1. Estima-se aproximadamente o consumo de 600 (seiscentas) a 1.000 (mil) gramas por dia por cão de faro.
- 7.7. O acesso pela Contratada às dependências do canil e dos bolsões de estacionamento do Aeroporto Internacional de Viracopos dependem do cumprimento de formalidades junto à Concessionária, tais como participação em cursos e fornecimento de dados de funcionários, de médico-veterinários e de veículos, entre outras exigências.
- 7.7.1. Não há previsão de dispêndios financeiros pela Contratada para o cumprimento das formalidades estabelecidas pela Concessionária, ressalvado o **Treinamento do Subprograma de Educação de Prevenção do Risco Associado ao Uso Indevido de Substâncias Psicoativas na Aviação Civil – ARSO (RBAC nº 120 da ANAC), mencionado no item 10.2.5.5.5 deste Termo de Referência.**
- 7.8. A execução dos serviços será iniciada de acordo com a data prevista na Ordem de Serviço, na forma que segue:





- 7.8.1. Após a assinatura do contrato, a Administração enviará a Ordem de Serviço, determinando que o início da prestação dos serviços se dê na data nela especificada.

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 8.1. A coordenação do acompanhamento da execução contratual ficará a cargo do gestor do contrato, que será auxiliado pela equipe de fiscalização do contrato, na forma dos artigos 39 e 40 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017.
- 8.2. Os fiscais técnico e administrativo poderão utilizar os instrumentos normativos que considerarem adequados para acompanhar a execução contratual, medir a qualidade da prestação dos serviços e aferir se a Contratada está cumprindo suas obrigações contratuais.
- 8.3. O monitoramento da qualidade da prestação dos serviços contratados realizado pelos fiscais do contrato será aferido por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 8.3.1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
- 8.3.2. O valor mensal exato a ser pago à Contratada será dimensionado segundo os indicadores constantes do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), descontados os valores percentuais referentes às ocorrências e sanções aplicadas no mês de aferição.
- 8.4. As irregularidades detectadas na execução do contrato pelos fiscais serão registradas e a Contratada será notificada da possibilidade de sanção por via postal, por meio eletrônico, ou pessoalmente, por meio de seu preposto.
- 8.5. O procedimento para realização do pagamento observará o disposto no Anexo XI (Do Processo de Pagamento) da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017.

## 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- 9.1.1. Materiais de limpeza e assepsia, equipamentos e complementos.

O material abaixo relacionado (lista exemplificativa), deverá ser fornecido na quantidade necessária para a realização dos serviços. A quantidade estimada e a vida útil apresentadas abaixo constituem apenas referência para composição do custo mensal do valor de referência (valor máximo aceitável), integrando o módulo 3, item C, da aba "Mão de Obra Tratador" da Planilha de Custos e Formação de Preços (linha 52, coluna H):

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Vida Útil (em meses)
1	Máquina lava a jato (lavadora de alta pressão)	1	60
2	Secador de pelos para cães	1	60
3	Vassoura de fogo (maçarico lança-chama)	1	60
4	Mangueira plástica - 50 metros	1	12
5	Escova de rasquear	1	20



6	Vassoura	2	3
7	Rodo	2	4
8	Balde plástico	1	6
9	Esfregão	1	4
10	Lixeira	2	6
11	Pá de lixo com cabo longo	1	6
12	Comedouro e bebedouro	1	6
13	Botijão de gás de 13kg	1	6
14	Amônia quaternária (1 litro)	2	1
15	Água Sanitária 1L	10	1
16	Cloro puro (hipoclorito de sódio) 12% para assepsia galão 5L	1	1
17	Saco de lixo de 100 litros c/ 100 unidades	1	2
18	Bucha tipo "scotch brite"	5	1
19	Sabão de coco em pedra 200g	2	1
20	Papel toalha Pacote c/ 2 rolos	2	1
21	Pano tipo de prato	4	6
22	Toalha de rosto	2	2
23	Escova (tipo para lavar roupa)	1	3
24	Pano tipo limpeza	2	6

#### 9.1.2. Fornecimento de 1 (um) Kit de Primeiros Socorros

O conteúdo do Kit de Primeiros Socorros corresponde aos itens relacionados abaixo, devendo seus itens serem repostos sempre que necessário, conforme solicitação da Administração. Estima-se 1 kit por cão de faro permanente.

Item	Descrição
1	2 Fraldas de pano limpas
2	2 Pacotes de compressa gaze estéril com 10 unidades cada
3	1 Pacote de algodão rolo 250g
4	1 Atadura bandagem elástica
5	1 Focinheira compatível, similar a Baskerville, tamanho 3
6	1 Solução fisiológica, embalagem de 500 ml, cloreto de sódio
7	1 Tesoura pequena sem ponta
8	1 Pacote de adesivos para fixação de curativos em geral, tamanho 2,5 cm x 10 m, similar a Mefix
9	1 Aparador pequeno de pelos (barba) elétrico, similar a Wahl T-Pro Bivolt
10	1 Spray ou solução antisséptica, similar a Tergenvet Spray Vetnil, 125 ml
11	1 Pinça cheron descartável
12	1 Spray bactericida para cachorro, 100 ml, similar a Kuraderm®

#### 9.1.3. Produtos veterinários inclusos:

a) Ração da categoria "Super Premium específica para a Raça" para cães adultos (600g a 1kg por dia para cada cão) ou outras, tais como rações especiais medicamentosas (tais como ração dermatológica, renal, hepática, gástrica, urinária) ou "light" (ração para controle de peso) de acordo com as orientações do médico-veterinário e atendendo às especificações técnicas determinadas pelo responsável do CNCF K9 RFB;

b) Vacinas, incluindo raiva, V10, giárdia, pneumonia, leptospirose e outras que forem necessárias;

c) Medicamentos, remédios e produtos de rotina, tais como vitaminas, produtos de limpeza otológica, suplemento para o pelo, mata bicheiras, vermífugos, "frontline" ou similar, coleira com deltametrina, creme dental para controle de tártaro, escovas de dente, toalhas de banho de algodão, cortador de unhas, rasqueadeira.



#### 9.1.4. Materiais para as atividades dos cães de faro

Trata-se de materiais de consumo utilizados nas atividades dos cães de faro, conforme descrição relacionada abaixo, em quantidades estimadas por cão. O pagamento referente a estes itens está condicionado a sua efetiva entrega, após solicitação destes pela Administração.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE EM 12 MESES POR CÃO
1	Bola para treino - Bola de borracha sólida e corda de nylon ou algodão durável, resistente a rasgos e arranhões, laço forte antiderrapante, qualquer cor, tamanho entre 6cm e 8cm diâmetro e entre 30cm e 50cm de corda, qualquer cor	unidade	4
2	Guia - Guia de lona dupla, entre 1,5metros e 2,0metros, preta ou azul, com mosquetão de latão	unidade	3
3	Colar - Enforcador elo torcido curto 3,0 mm x 70 cm	unidade	2
4	Garrafa de água - Garrafão Térmico 5l qualquer cor, com tampa e alça, similar a Termolar Supertermo	unidade	1
5	Caixa de Transporte Tamanho 6: Comprimento: 92 cm Largura: 64 cm Altura: 66 cm Peso: 9,7 Kg Suporta até 32 Kg, padrão IATA, cores neutras como preto, cinza, azul marinho etc, com rodas retrateis ou removíveis, freio nas rodas e alça para passeio.	unidade	1
6	Caixa de Transporte Tamanho 7: Comprimento: 102 cm Largura: 72 cm Altura: 76 cm Peso: 12,1 Kg Suporta até 40 Kg, padrão IATA, cores neutras como preto, cinza, azul marinho etc, com rodas retrateis ou removíveis, freio nas rodas e alça para passeio.	unidade	1
7	Material para entretenimento - Brinquedo mordedor interativo, tipo kong, com dispenser para ração ou petisco, material média/alta resistencia tamanho G (Medidas Aproximadas: Altura: 10 cm - Largura na Base: 7 cm - Largura no Topo: 5 cm), Pacthes Aduana Receita Federal redondo 8,c cm	unidade	2
8	Material antiestresse - osso defumado, bovino ou suíno, sem adição de conservantes ou qualquer produto químico, entre 15cm e 30cm	unidade	156

## 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 10.1.1. As raças mais utilizadas como cão de faro são Pastor Alemão, Pastor Belga Malinois e Retriever do Labrador. Entretanto, outras raças poderão ser utilizadas como cão de faro pela ALF/VCP/SP.
- 10.1.2. Os serviços a serem contratados destinam-se inicialmente a 3 (três) cães de faro, da raça Pastor Alemão, sendo 2 (dois) machos e 1 (uma) fêmea, de porte entre 20 (vinte) a 30 (trinta) kg. Prevê-se a chegada de um quarto cão de faro permanente em setembro de 2022.
- 10.1.3. O quantitativo de cães de faro atendidos pelo contrato poderá variar, podendo ser até 6 (seis) cães, sendo até 4 (quatro) cães permanentes e até 2 (dois) cães visitantes.
- 10.1.4. Os cães de faro visitantes são aqueles que permanecem na ALF/VCP por curtos períodos para ações pontuais ou para trânsito de passagem. Estima-se a presença destes em 40 (quarenta) dias ao longo de 12 (doze) meses.

10.2. A proposta do licitante deverá ser formulada a partir de elaboração de Planilha de Custos e Formação de Preços, cujo modelo corresponde ao **Anexo III** do Edital, observando os seguintes aspectos:

- 10.2.1. **Os serviços serão pagos conforme sua efetiva execução**, considerando-se os preços fornecidos na proposta original do Licitante e as metodologias de cálculo explicadas neste Termo de Referência para aferição do valor de serviço prestado.



- 10.2.1.1. Os seguintes serviços constituem custo fixo, não havendo variação neles independentemente do número de cães de faro atendidos ao longo de um mês, mantendo-se a limitação de até 4 (quatro) cães permanentes e até 2 (dois) visitantes:
- 10.2.1.1.1. Serviços de tratador/cuidador nas dependências do Aeroporto Internacional de Viracopos;
- 10.2.1.1.2. Honorários veterinários referentes à Responsabilidade Técnica (item 1 dos Procedimentos, aba "Procedimentos e Ração" da Planilha de Custos e Formação de Preços).
- 10.2.1.1.3. **Na ocasião em que eventualmente não houver nenhum cão no canil, pagar-se-á somente os valores correspondentes ao posto de cuidador e ao percentual de 30% (trinta por cento) pro rata die referente aos honorários veterinários (responsabilidade técnica). Estima-se que o canil fique vazio por um período de 5 (cinco) dias por mês, perfazendo o total de 60 (sessenta) dias em 1 (um) ano.**
- 10.2.1.2. Os seguintes itens constituem custo variável, e serão **pagos conforme o seu efetivo consumo**:
- 10.2.1.2.1. Procedimentos Veterinários
- 10.2.1.2.2. Fornecimento de Ração
- 10.2.1.2.3. Fornecimento de Kit de Primeiros Socorros
- 10.2.1.2.4. Hospedagem
- 10.2.1.2.5. Transporte do cão tipo Leva e Traz e por Ambulância
- 10.2.1.2.6. Fornecimento de Materiais de Consumo
- 10.2.1.3. Os serviços relacionados nos subitens 10.2.1.1 e 10.2.1.2 acima destinam-se a atender também os cães visitantes. Os serviços que envolvem custo variável da contratação devem ser realizados dentro do mínimo necessário para a manutenção básica do cão visitante e para não prejudicar os demais cães, nem o ambiente do canil.
- 10.2.2. A proposta deve ser elaborada tendo como base o atendimento a até 4 (quatro) cães de faro permanentes e a até 2 (dois) cães visitantes pelo período de 12 (doze) meses, para manter a padronização das propostas e para fins de estimativa do valor global a ser reservado para a contratação. Observa-se que atualmente o plantel é composto por 3 (três) cães de faro permanentes. Prevê-se a chegada de um quarto cão de faro permanente em setembro de 2022.
- 10.2.3. **Insalubridade da função cuidador/tratador de animais (cão de faro) exercida no Canil do Aeroporto Internacional de Viracopos.** A previsão do custo referente ao adicional de insalubridade deve ser fundamentada em norma coletiva de trabalho, ou em Laudo de Insalubridade, que comprove a impossibilidade de mitigar a exposição do funcionário a risco e agentes de higiene ocupacional, por meio do uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. A CCT adotada para obtenção do preço de referência (CCT 2020-2022 SIDPESHOP – SINDHOVEST) prevê a



obrigatoriedade do pagamento do adicional de insalubridade independentemente da existência do risco ambiental. O licitante deverá observar se a norma coletiva de trabalho adotada (CCT ou ACT) possui também tal previsão. Caso contrário, o licitante poderá optar por providenciar um Laudo de Insalubridade às suas expensas ou adotar o Laudo de Insalubridade constante do Anexo IX do Edital, segundo o qual o risco ambiental é mitigado pelo uso de EPIs, não gerando, portanto, o pagamento do adicional. A ausência, quando devido, de adicional de insalubridade, na composição do preço da proposta, receberá o tratamento previsto no item 6.3.1. do Edital.

- 10.2.4. **Controle de ponto.** Para aumentar a segurança jurídica das partes, a Contratada deverá providenciar, às suas expensas, o controle da jornada de trabalho dos profissionais em regime de dedicação exclusiva por sistema de ponto eletrônico, seja por registrador eletrônico por biometria ou sistema alternativo de confiabilidade equivalente, de forma adequada à legislação.
- 10.2.5. A Planilha de Custos e Formação de Preços possui 6 (seis) abas (“Mão de Obra Tratador”, “Benefícios da Mão de Obra”, “Procedimentos e Ração”, “Hospedagem e Transporte”, “Materiais” e “#VALOR DA PROPOSTA#”) e servirá de base ao Licitante para elaboração de sua proposta.
- 10.2.5.1. Em todas as abas, **somente devem ser preenchidas as células amarelas.** A maioria das células amarelas das abas “Procedimentos e Ração”, “Hospedagem e Transporte” e “Materiais” possuem preenchimento automático, cujos valores foram baseados na experiência de contratações anteriores e em estimativas de consumo atuais. Nestes casos, caberá ao licitante optar por manter o preenchimento automático ou realizar a precificação conforme experiência própria e segundo o número de cães atendidos.
- 10.2.5.2. Para fins de elaboração da proposta, os preços de todos os procedimentos / itens devem ser obrigatoriamente informados.
- 10.2.5.2.1. O valor máximo permitido para cada procedimento / item listado nas abas “Procedimento e Ração”, “Hospedagem e Transporte”, e “Materiais”, encontra-se relacionado em célula azul, localizada à esquerda da célula amarela a ser obrigatoriamente preenchida pelo Licitante.
- 10.2.5.2.2. Se o Licitante informar valor para o procedimento / item igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do valor máximo permitido, deverá justificar o valor informado, valor esse pelo qual ficará obrigado a executar o serviço.
- 10.2.5.3. **Valor da Proposta.** Ao efetuar o lance durante o pregão eletrônico, o licitante deverá sempre considerar o valor global da proposta para 12 (doze) meses, base 4 (quatro) cães permanentes e 2 (dois) cães visitantes, constante na linha 18 da aba #VALOR DA PROPOSTA#.
- 10.2.5.4. **Custos Indiretos, tributos e lucro.** No Módulo 5 (Custos Indiretos, Tributos e Lucro) da aba “Mão de Obra Tratador”, o Licitante informará os percentuais correspondentes:
- a) aos custos indiretos / despesas administrativas (linha 117, coluna G);



- b) às alíquotas dos tributos devidos (linhas 118 a 126, coluna E);
- c) ao lucro (linha 127, coluna G).

10.2.5.4.1. Esses percentuais refletirão sobre a composição do valor mensal estimado da proposta dos respectivos procedimentos / itens constantes das abas “Procedimentos e Ração”, “Hospedagem e Transporte” e “Materiais”, e serão consolidados na aba “#VALOR DA PROPOSTA#”.

10.2.5.4.2. Na aba “Procedimentos e Ração”, os percentuais estão refletidos nas linhas 12, 17 e 22.

10.2.5.4.3. Na aba “Hospedagem e Transporte”, os percentuais estão refletidos nas linhas 10 e 15.

10.2.5.4.4. Na aba “Materiais”, os percentuais estão refletidos na linha 10.

10.2.5.5. A aba “Mão de Obra Tratador” corresponde aos custos e formação de preços relativos à prestação de serviços com dedicação exclusiva de cuidados aos cães de faro executados pelo cuidador/tratador de cão de faro.

10.2.5.5.1. **Acúmulo de função.** Em razão da exigência prevista no subitem 7.3.5. (Carteira Nacional de Habilitação – CNH, na categoria B, para o cuidador/tratador de cão de faro), prevê-se o adicional de acúmulo de função de 20% sobre a remuneração do cuidador/tratador de cão de faro no item G do Módulo 1 (linha 32, coluna H), de acordo com a Cláusula 57ª da CCT 2020/2022 SINDPETSHOP – SINDHOSVET. O Licitante deverá observar se a CCT adotada possui previsão neste sentido.

10.2.5.5.2. **Uniformes** (Módulo 3, item A, linha 50, coluna H). O licitante deverá observar o subitem 11.2 deste Termo de Referência. O valor a ser lançado na Planilha de Custos deverá corresponder ao custo total mensal.

10.2.5.5.3. **EPI** (Módulo 3, item B, linha 51, coluna H). O licitante deverá observar o subitem 11.3 deste Termo de Referência e lançar o valor correspondente ao custo total mensal na Planilha de Custos.

10.2.5.5.4. **Materiais de Limpeza e Assepsia, Equipamentos e Complementos** (Módulo 3, item C, linha 52, coluna H). O Licitante deverá observar o subitem 9.1.1 deste Termo de Referência e lançar o valor correspondente ao custo total mensal na Planilha de Custos.

10.2.5.5.5. **Treinamento do Subprograma de Educação de Prevenção do Risco Associado ao Uso Indevido de Substâncias Psicoativas na Aviação Civil – ARSO (RBAC nº 120 da ANAC).** O custo deste treinamento deve ser registrado no item D do Módulo 3 (linha 53, coluna H), devendo ser lançado o custo mensal do treinamento, obtido



pela divisão do valor total deste por 12 (período de vigência do contrato). Esta rubrica será mantida ou glosada após o primeiro termo de contrato em função da validade ou exigência de renovação do referido treinamento por parte da Concessionária / Órgãos Anuentes.

- 10.2.5.5.6. Caso a Convenção Coletiva de Trabalho adotada preveja folgas mensais obrigatórias, o número de dias previstos para essas folgas no período de um ano deve ser preenchido no item G do Submódulo 4.5 (linha 99, coluna E). Esta informação refletirá no cálculo dos dias de substituição por ano do item H do Submódulo 4.5 – Substituto (linhas 101 a 104, coluna E).
- 10.2.5.6. A aba “Benefícios da Mão de Obra” deve ser preenchida conforme a Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho que será adotado(a) pelo licitante. As informações lançadas nas células amarelas alimentarão a aba “Mão de Obra Tratador” em seu Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários (linhas 37 a 46, coluna H).
- 10.2.5.7. A aba “Procedimentos e Ração” inclui a cotação de procedimentos veterinários, o fornecimento de ração e o fornecimento de kit de primeiros socorros.
- 10.2.5.7.1. Ao informar os preços dos itens relativos aos serviços veterinários, o Licitante deve considerar o disposto neste Termo de Referência, especialmente no item 7.
- 10.2.5.7.2. **ATENÇÃO: O valor unitário do procedimento veterinário deve incluir todos os custos do procedimento completo, isto é, desde o traslado (leva e traz), entrada do cão de faro no estabelecimento para realização do procedimento e permanência deste na clínica ou hospital veterinário, até que esteja apto a retornar ao Canil do Aeroporto Internacional de Viracopos, inclusive internação, medicamentos e outros recursos necessários ao procedimento veterinário.**
- 10.2.5.7.3. Informações acerca da ração encontram-se no subitem 7.6 deste Termo de Referência.
- 10.2.5.7.4. A relação de itens do kit de primeiros socorros encontra-se no subitem 9.1.2 deste Termo de Referência.
- 10.2.5.7.5. No item 1 dos Procedimentos (linha 27) – Honorários veterinários mensais fixos, consideram-se incluídas as visitas técnicas ao canil do Aeroporto, cuja periodicidade será definida pelo médico-veterinário responsável, assim como consultas regulares ou agendadas, fornecimento de relatório técnico mensal e responsabilidade técnica de um canil com até 6 (seis) cães de faro, sendo até 4 (quatro) cães permanentes e até 2 (dois) cães visitantes. Não será exigido do médico-veterinário cumprimento de carga horária presencial no canil.





- 10.2.5.7.6. As consultas de emergência (item 2 dos Procedimentos, linha 29) e as consultas de especialistas (item 3 dos Procedimentos, linha 30) serão remuneradas por evento ocorrido.
- 10.2.5.8. Para preenchimento da aba “Hospedagem e Transporte” o Licitante deverá analisar a descrição do serviço de hospedagem no subitem 7.4, do serviço de transporte tipo leva e traz no subitem 7.5, e do serviço de transporte por ambulância no subitem 7.2.18 deste Termo de Referência.
- 10.2.5.8.1. **Hospedagem.** Uma diária de hospedagem equivale a um ciclo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente do horário de entrada do cão de faro no local de hospedagem.
- 10.2.5.8.2. **Transporte do Tipo Leva e Traz.** O Licitante deverá informar o valor por km (R\$/km) e a distância estimada em km, somando ida e volta. A metodologia para o cálculo do serviço de leva e traz, para fins de pagamento, está descrita no subitem 7.5.3.
- 10.2.5.8.3. **Transporte por Ambulância.** O Licitante deverá informar o valor por km (R\$/km) e a distância estimada em km, somando ida e volta. A metodologia para cálculo do serviço de transporte por ambulância, para fins de pagamento, está descrita no subitem 7.2.18.1.
- 10.2.5.9. Para preenchimento da aba “Materiais”, o Licitante deverá informar o preço unitário de cada item. Informações sobre os materiais constam no item 9.1.4 deste Termo de Referência.
- 10.2.5.10. A aba #VALOR DA PROPOSTA# apresenta a consolidação de todos os serviços abrangidos pela contratação. **O valor da proposta final deve sempre corresponder ao valor global da proposta, considerando-se a prestação dos serviços para quatro cães permanentes e dois cães visitantes.**

## 11. UNIFORMES

- 11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:
- 11.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário, confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros:

Item	Descrição das peças de uniforme com estimativa de quantidades e vida útil
1	4 (quatro) calças de sarja, com vida útil máxima de 12 (doze) meses;
2	6 (seis) camisetas de malha 100% algodão, manga curta, com vida útil máxima de 12 (doze) meses;
3	4 (quatro) camisetas de malha 100% algodão, manga longa, com vida útil máxima de 18 (dezoito) meses;
4	2 (duas) jaquetas de frio, com vida útil máxima de 36 (trinta e seis) meses;
5	2 (dois) pares de sapatos, com vida útil máxima de 18 (dezoito) meses;
6	8 (oito) pares de meia, com vida útil máxima de 12 (doze) meses;
7	2 (dois) bonés, com vida útil máxima de 36 (trinta e seis) meses;



8	2 (duas) capas de chuva, com vida útil máxima de 36 (trinta e seis) meses;
9	2 (dois) aventais de plástico, com vida útil máxima de 36 (trinta e seis) meses;
10	2 (dois) crachás com identificação da empresa, com vida útil máxima de 36 (trinta e seis) meses;
11	2 (dois) pares de protetor auricular, com vida útil máxima de 24 (vinte e quatro meses)

11.3. Além das peças de uniforme descritas acima, a empresa deverá fornecer ao empregado, observando-se as normas técnicas pertinentes, os **equipamentos de proteção individual – EPIs** abaixo relacionados, devendo substituí-los sempre que necessário.

- Esta relação de EPIs encontra-se no Laudo de Insalubridade emitido em 24/04/2018 pela empresa Agracosta – Segurança e Medicina Ocupacional (Proseme Segurança e Medicina do Trabalho), CNPJ nº 13.536.630/0002-08, processo administrativo nº 10831.720275/2018-71, o qual avalia a função de cuidador/tratador de animais (cão de faro) exercida nas dependências Aeroporto Internacional de Viracopos.
- Esta relação de EPIs poderá ser distinta da relação apresentada caso a Contratada providencie Laudo de Insalubridade, às suas expensas, que aponte a necessidade de uso de outros EPIs.
- As quantidades abaixo são estimadas para um período de 12 meses por trabalhador.

Item	Equipamentos de Proteção Individual
1	36 (trinta e seis) pares de luva nitrílica
2	2 (dois) pares de bota de PVC
3	2 (dois) óculos de proteção

11.4. Deverá ser entregue o conjunto completo a cada empregado, em até 30 (trinta) dias após o início da execução do contrato, podendo ser substituído, na periodicidade indicada nos itens anteriores ou a qualquer época, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

11.4.1. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

11.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;



- 12.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 12.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 12.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 12.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 12.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 12.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - 12.7.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.8. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
  - 12.8.1. a concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
  - 12.8.2. o recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
  - 12.8.3. o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 12.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- 12.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.



- 12.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.
- 13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 13.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 13.9. As empresas Contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:
  - 13.9.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
  - 13.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada; e
  - 13.9.3. exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços;



- 13.9.4. declaração de responsabilidade exclusiva da Contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 13.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 13.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 13.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.12. Substituir prontamente, no caso de ausências programada, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato. No caso de ausências inesperadas, tais como faltas, a substituição deverá ser realizada no prazo de 2 (duas) horas corridas;
- 13.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.13.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa Contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 13.14. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a Contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 13.15. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.



- 13.15.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 13.16. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 13.17. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 13.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.20. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
  - 13.20.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
  - 13.20.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
  - 13.20.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 13.21. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;
- 13.22. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 13.23. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;
  - 13.23.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.





- 13.23.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 13.23.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.
- 13.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.27. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 13.28. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, § 1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 13.28.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a Contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 13.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.30. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.31. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 13.32. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.33. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.





- 13.34. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.35. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.36. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.
- 13.37. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.39. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.40. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 13.40.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 13.40.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 13.41. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a Contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 13.41.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 13.41.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 13.41.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 13.42. Enviar mensalmente planilha eletrônica em formato editável, demonstrando o controle de frequência e assiduidade de seus empregados.



- 13.43. Cumprir as formalidades necessárias junto à Concessionária do Aeroporto Internacional de Viracopos, para acesso aos bolsões de estacionamento e às áreas restritas, tais como credenciamento, participação em cursos e fornecimento de dados de funcionários e de veículos, entre outras exigências.
- 13.43.1. No caso especificamente dos funcionários que ocuparão a função de cuidador/tratador de cão de faro, será necessário o credenciamento perante a Concessionária conforme segue:
- 13.43.1.1. Acesso a pé: passarela de acesso ao TECA (T03), acesso pelo E01, E08, T29, 11ALFA, T11, T9.
- 13.43.1.2. Acesso conduzindo veículo da Contratante: E24, T30, T11, E01.
- 13.43.2. Não há previsão de dispêndios financeiros pela Contratada para o cumprimento das formalidades estabelecidas pela Concessionária para a emissão de credencial, ressalvado o treinamento de que trata o item 13.45.
- 13.44. Elaborar Plano de Contingência de Subcontratação para identificação de possíveis subcontratadas que executarão os serviços médicos-veterinários em caso de necessidade ou de emergência, tendo como sugestão o Anexo B – Modelo de Plano de Contingência de Subcontratação – deste Termo de Referência, no prazo de até 30 (trinta) dias após o início da execução dos serviços.
- 13.45. Providenciar o “Treinamento do Subprograma de Educação de Prevenção do Risco Associado ao Uso Indevido de Sustâncias Psicoativas na Aviação Civil” – ARSO – RBAC nº 120 da ANAC para os funcionários que exercerão a função de cuidador/tratador de cão de faro.

#### 14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 14.1.1 Subcontratação de clínica ou hospital veterinário ou de médico-veterinário para atendimento em caso de necessidade ou em caso de emergência, cujo atendimento pela Contratada não será possível no prazo de 50 (cinquenta) minutos, **conforme previsto pelo subitem 7.2.3.**
- 14.1.2 Elaboração de Plano de Contingência de Subcontratação segundo modelo do Anexo B deste Termo de Referência no prazo de até 30 (trinta) dias após o início da execução dos serviços, no qual a Contratada relacionará as empresas subcontratadas e respectivos serviços que necessitarão ser subcontratados.
- 14.2. É vedada a subcontratação da parcela principal da obrigação, assim sendo considerada a responsabilidade técnica e a prestação de serviços de cuidadores/tratadores de cães de faro, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da Contratante.**
- 14.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a Subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 14.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



## 15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 16.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:
- I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;
  - II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;
  - III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
  - IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e
  - V - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela Contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.



- 16.4. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.
- 16.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 16.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 16.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
    - a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
    - a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada; e
    - a.3. exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços.
  - b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
    - b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
    - b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
    - b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
    - b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
  - c) entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
    - c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;



- c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador Contratante;
  - c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
  - c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
  - c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
  - d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
    - d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
    - d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
    - d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
    - d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 16.8. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 16.9. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 16.10. Sempre que houver admissão de novos empregados pela Contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.
- 16.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 16.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 16.13. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 16.14. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.



16.15. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

16.15.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela Contratada e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a Contratada;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela Contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços;  
e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da Contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.16.1 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;



d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.15.2. Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da Contratante dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da Contratada.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.16. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a Contratada observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.16.1. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da Contratada.

16.17. A Contratante deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.17.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.18. A Contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela Contratante quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a Contratante;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.19. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no **Anexo VI do Edital**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:





a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.19.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.20. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.21. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.22. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.23. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.24. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.25. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.26. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.27. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.28. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.29. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.30. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.



- 16.31. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da Contratante, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.32. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 16.32.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 16.32.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 16.32.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 16.33. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 16.34. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.35. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

## **17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou administrativo ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 17.3.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.



- 17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 17.3.1.4. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;
- 17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
  - 17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
  - 17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
    - 17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
  - 17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
  - 17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



- 17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 18. DO PAGAMENTO

- 18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
- 18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.4.1. o prazo de validade;
- 18.4.2. a data da emissão;
- 18.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.4.5. o valor a pagar; e
- 18.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;



- 18.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 18.6.1. não produziu os resultados acordados;
  - 18.6.2. deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - 18.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.



18.16. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

18.16.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

18.16.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

18.16.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

18.17. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

18.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 19. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

19.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados





exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

- 19.3. A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da Contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.
- 19.4. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
  - 19.4.1. 13º (décimo terceiro) salário;
  - 19.4.2. Férias e um terço constitucional de férias;
  - 19.4.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
  - 19.4.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
  - 19.4.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 19.5. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 19.6. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 19.7. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 19.8. A empresa Contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
  - 19.8.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
  - 19.8.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.





- 19.8.3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 19.9. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **20. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)**

- 20.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela Contratada e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da Contratante, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 20.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 20.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 20.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 20.3.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
- 20.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 20.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 20.5. O prazo para a Contratada solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.



- 20.6. Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 20.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 20.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
  - 20.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
  - 20.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 20.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 20.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 20.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 20.11. A Contratante não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa Contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 20.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 20.13. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $$R = V (I - I^0) / I^0$$
, onde:
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;
- $I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;



- 20.13.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 20.13.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 20.13.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 20.13.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 20.13.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 20.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
  - 20.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
  - 20.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
  - 20.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 20.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 20.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 20.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 20.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 20.19. A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.



## 21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 21.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.
- 21.1.1. O valor da garantia deverá corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, limitando-se ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamentos dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados, nos termos do item 3.1, alínea "a", do Anexo VII-F (Modelo de Minuta de Contrato) da IN SEGES/MP n. 5/2017).
- 21.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 21.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 21.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 21.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 21.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 21.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 21.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 21.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
- 21.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 21.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 21.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 21.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



- 21.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 21.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 21.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 21.12. Será considerada extinta a garantia:
- 21.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - 21.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 21.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.
- 21.14. A Contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 21.15. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.15.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho
- 21.16. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 22.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 22.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 22.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;



- 22.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 22.1.5. cometer fraude fiscal.
- 22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:
  - 22.2.1. Advertência **por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - 22.2.2. Multa **de**:
    - 22.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
    - 22.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
    - 22.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
    - 22.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
    - 22.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;
    - 22.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
  - 22.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 22.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
    - 22.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência
  - 22.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



22.3. As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01





7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada	01

22.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente,



com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

23.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor encontram-se definidos no edital no subitem relativo à Qualificação Técnica.

23.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até R\$ 285.903,15 (duzentos e oitenta e cinco mil novecentos e três reais e quinze centavos) para atendimento a até 6 (seis) cães de faro, sendo até 4 (quatro) cães de faros permanentes e até 2 (dois) cães visitantes.

23.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

23.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

24.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 285.903,15 (duzentos e oitenta e cinco mil novecentos e três reais e quinze centavos), o qual constitui o valor máximo aceitável e envolve o atendimento a até 6 (seis) cães de faro, sendo até 4 (quatro) cães de faros permanentes e até 2 (dois) cães visitantes.

## **25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

25.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/170533

Fonte: 015025030

Programa de Trabalho: 109059

Elemento de Despesa: 39

PI: CAESDEFARO



## **26. ANEXOS**

26.1. São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

26.1.1. ANEXO A – Modelo de Formulário de Autorização de Compra – FAC

26.1.2. ANEXO B – Modelo de Plano de Contingência de Subcontratação

26.1.3. ANEXO C – Modelo de Manutenção das Condições de Qualificação Técnica do Edital do Pregão Eletrônico ALF/SPO nº 08/2021

26.1.4. ANEXO D – Estudo Técnico Preliminar – ETP

Município de Campinas, 2 de agosto de 2021.

**Paulo Renato Souto**  
Analista-Tributário da RFB  
Chefe da SAPOL ALF/VCP

**Úrsula Moreira de Carvalho**  
Analista-Tributário da RFB